

## **DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DIREITOS DA PERSONALIDADE: A TRANSEXUALIDADE SOB UMA ÓTICA PLURAL DA INTIMIDADE E IDENTIDADE SEXUAL**

**ROLIM, Taiane da Cruz (autora)  
LEITE, Leonardo Canez (co-autor)  
BRUM, Amanda Netto (co-autora)  
DIAS, Renato Duro (Orientador)  
taianerolim@hotmail.com**

**Evento: XVII Encontro de Pós-Graduação  
Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas**

**Palavras-chave:** Transexualidade; Dignidade da pessoa humana; Direito da personalidade.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa trazer uma contribuição teórica e reflexiva, averiguando as implicações da dignidade da pessoa humana, bem como os direitos da personalidade frente à transexualidade, sob uma ótica plural da intimidade e identidade sexual, propiciando, assim, a multiplicidade na produção (construção) de diferenças corporais e sexuais. Em razão disso, se propõem uma análise histórica da expansão da coletividade em si e, sobretudo, noções no sentido de desconstruções de paradigmas, referentes aos direitos individuais dos sujeitos transexuais.

Paralelamente a isso, padrões associados à diversidade apresentam-se como um passo importante na contextualização de práticas que possibilitem uma apreciação mais crítica e reflexiva sobre as identidades de gênero e sexualidade. Assim, toda construção política dos corpos pronuncia sexualidade, com ênfase na construção de uma democracia pós-identitária. Sob o enfoque, tenciona-se o desvio de estigmas concernentes à transexualidade, ressaltando-se a indispensabilidade do reconhecimento e execução de direitos humanos e de personalidade aos transexuais, podendo, desta forma, viverem de um modo mais digno e reproduzindo, assim, os valores sociais.

### **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A base teórica do presente trabalho está nas reflexões a respeito da sexualidade. Tornando-se necessário, especialmente para os direitos humanos, que a sexualidade seja discutida constantemente, expondo que não há uma única maneira possível de performatividade (BUTLER, 2013). Portanto, baseando-se em compreensões concebidas a partir da instauração do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1997), propõem-se à desconstrução de corpos a partir da lógica binária de gênero.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)**

Esta pesquisa tem como objetivo, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, particularmente dos estudos culturais, expor o árduo cotidiano de transexuais, frente aos direitos de personalidade e os direitos humanos. Entretanto, foi utilizado o método dedutivo, procedimento em que foi efetuado fichamentos de obras relevantes para a pesquisa.

### **4 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

Diante desta pesquisa, percebe-se que o esteriótipo transexual sofreu profundas mudanças ao longo da história. Desta forma, a sociedade atual em si, se desenvolve moderadamente e vai desconstruindo preceitos que anteriormente não eram superados. Contudo, ainda teremos muito o que evoluir, acima de tudo no que se alude nesta pesquisa, visto que mesmo sendo mencionado na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil em 2002, preferencialmente do seu artigo 11 ao artigo 21, proporcionando a instituição de uma tutela, preponderantemente no que diz respeito aos direitos da personalidade, há aberturas legais e apartações de dispositivos que regulamentam de maneira mais pugna suas particularidades, em razão disso, é o que prospera e indaga esta pesquisa. Portanto, o transexual deverá ver-se como sujeito pleno de direitos constitucionais, nesse sentido referindo-se como um dos caminhos que se mostram viáveis para a concretização da nova individualidade pretendida, que é a ampliação da chave interpretativa do sistema jurídico através de uma releitura sob a orientação dos princípios constitucionais, com destaque para o princípio da dignidade da pessoa humana.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, cabe finalizar destacando a necessidade de lançar novos olhares aos indivíduos transexuais, permitindo-se a lançar questionamento às formas recorrentes de positivação de direitos da personalidade, no qual sujeitos detêm como proteção intrínseca o nome, honra, integridade, dentre outros direitos que encontram-se ligados à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, como forma de amparo jurídico social e à proteção de sujeitos marginalizados. Portanto, ampliando o paradigma de uma norma extensiva constitucionalmente e civilmente.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Gilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.